



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

EDITAL 001/2017

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPEd/UERJ)
MESTRADO ACADÊMICO – TURMA 2018/1**

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período de **14 a 29 de setembro de 2017**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (ProPEd), curso de Mestrado Acadêmico, para turma com início no 1º semestre de 2018.

1- VAGAS E CANDIDATOS

Serão oferecidas 45 vagas para o curso de Mestrado Acadêmico, destinadas aos portadores de diploma de curso superior de duração plena, outorgado por instituição de ensino superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015.

1.1- As vagas se encontram distribuídas, de acordo com a disponibilidade de vagas nas linhas de pesquisa do ProPEd/UERJ indicadas no Anexo I.

1.2- A lista dos professores com disponibilidade de orientação e seus respectivos projetos encontra-se no Anexo II deste Edital.

1.3- Não havendo inscrições para as vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos estratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.

1.4- O Programa reserva-se o direito de:

- a) Não preencher o total de vagas oferecidas;
- b) Proceder ao remanejamento de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.

2- REALIZAÇÃO

2.1- Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

2.2- Em cumprimento às Leis Estaduais n 6.914/2014 e 6959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuído pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições se aplicam no que for cabível.

2.3- Em conformidade com as Leis Estaduais n. 5346/2008 e n 6.914/2014, entende-se por:

- a) Pessoas carentes negras e indígenas: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) Estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, do Programa Universidade para Todos - PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) Egresso carente graduado da rede de ensino público superior: entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- d) Pessoas carentes com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal n. 7853/1989 e pelos Decretos Federais n 3298/1999 e n. 5296/2004;
- e) Filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço – aquele que apresentar a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.
- f) Informações sobre o sistema de cotas podem ser encontradas no manual disponível no link http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf.
- g) O formulário do questionário socioeconômico no formato eletrônico está disponível no link http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

2.4- Os candidatos ao sistema de cotas deverão, além da inscrição *online* descrita no item 3.1, encaminhar separadamente, via SEDEX, em envelope lacrado, os documentos referentes à inscrição pelo sistema de cotas. Essa documentação está descrita no endereço: http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf.

2.5- A homologação dos documentos relativos à inscrição pelo sistema de cotas será realizada por comissão específica indicada pela Sub-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2).

2.6- A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória dos candidatos cotistas será feita conforme calendário deste Edital.

2.7- O candidato às cotas destinadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito a sanções penais, previstas no Decreto-lei n. 2848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, entre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

2.8- Os percentuais de vagas destinadas ao sistema de cotas, especificados no item 2.2 deste Edital, incidirão sobre o total de vagas oferecidas por cada linha de pesquisa do Programa.

3- INSCRIÇÕES

3.1- Período e processo das inscrições:

- a) As inscrições, para todos os candidatos, serão realizadas no período de **14 a 29 de setembro** do ano corrente;
- b) Todos os candidatos deverão realizar as inscrições somente pela Internet no endereço www.proped.pro.br
- c) Os candidatos cotistas, além da inscrição no site, deverão encaminhar a documentação específica para o sistema de cotas via SEDEX, em envelope lacrado, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ. A documentação está descrita em http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf. A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente até a data final da inscrição, via Sedex.

3.2- Procedimentos para a realização das inscrições:

- a) Na área destinada às inscrições *online* do sítio do ProPEd (www.proped.pro.br), os candidatos deverão preencher o formulário de inscrição, além de anexar a este, uma foto 3x4 recente.
- b) Preenchido o formulário de inscrição, o candidato será direcionado ao link de acesso ao site do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$100,00 (cem reais).
- c) Todos os candidatos deverão efetuar o envio de todos os documentos listados no item 3.3., escaneados em formato PDF, através dos links disponíveis na área de inscrições online.
- d) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, no ato de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item 2 deste Edital.
- e) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a língua estrangeira na qual prestará seu exame, a saber: inglês, espanhol ou francês. **Não haverá alteração** de opção de língua estrangeira após o encerramento do período de inscrições.
- f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do Anexo II desse Edital. A comissão de seleção poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.3- Documentos exigidos:

Todos os documentos abaixo listados devem ser escaneados em formato PDF e enviados através dos links disponíveis na área de inscrições *online*. **Não serão aceitas** pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum deles:

- a) Cópia, frente e verso, do diploma de **graduação plena, com data da colação de grau**, e indicação de reconhecimento do curso;
- b) Cópia do histórico escolar completo da graduação plena, validado pela instituição emissora;
- c) Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de graduação, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente: o certificado de conclusão e colação de grau, com data da colação explicitada, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.
- d) Cópia da carteira de identidade.
 - d.1- Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação;
 - d.2- Não será aceita carteira de identidade com validade vencida.
- e) Cópia do CPF;
- f) **Plano de trabalho** conforme modelo disponível na área de inscrições *online* (com no mínimo 3 páginas e, no máximo 5, incluindo bibliografia);
- g) *Curriculum vitae*, de acordo com a plataforma Lattes, **com cópia de toda a documentação comprobatória dos indicadores nele lançados, nos últimos cinco anos**.
- h) Candidatos estrangeiros deverão apresentar cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil (dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol) e cópia do passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.
- i) Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão apresentar cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.
- j) Os candidatos que pleiteiam as vagas do sistema de cotas deverão, além dos documentos acima citados, encaminhar documentação específica em envelope lacrado, via SEDEX, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ., que comprove sua condição de cotista, referentes ao estrato de cota a que pleiteia vaga, explicitados no item 2 deste Edital e cujos modelos se encontram nos Anexos III, IV e V e disponível em: http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf. A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente, até a data final da inscrição, via SEDEX.
 - j.1- A documentação específica para concorrer às vagas destinadas às cotas se encontra publicada na Lei Estadual n 6914/2014.

3.4- Resultados da inscrição

- a) A inscrição dos candidatos ao processo seletivo para o ProPEd só será confirmada após verificação de todos documentos anexados pelo candidato.
- b) O resultado da inscrição será divulgado no mural externo do ProPEd e no sítio (www.proped.pro.br), **no dia 13 de outubro de 2017, a partir das 16h**, em listagem constando a menção: **inscrição aceita** ou **inscrição não aceita**;
- c) Os candidatos que não enviarem toda a documentação exigida no item 3.3 terão menção de **inscrição não aceita**, estando, portanto, eliminados do processo seletivo;
- d) Não serão homologadas inscrições com **qualquer pendência** na documentação.

4- PROCESSO SELETIVO

4.1- O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

- a) **Prova escrita dissertativa em língua portuguesa, de caráter eliminatório.** A avaliação da prova levará em conta a capacidade argumentativa, a clareza da exposição, o conhecimento teórico do campo educacional, bem como a correção textual. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, não sendo permitida qualquer forma de consulta durante sua realização. A prova escrita será corrigida independentemente por 02 (dois) examinadores, sendo um da linha em que o candidato se inscreveu e o outro de outra linha do Programa. A nota do candidato é a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores. Havendo diferença superior a 02 (dois) pontos nas notas atribuídas pelos dois primeiros examinadores, a prova escrita será avaliada por um terceiro examinador da linha em que o candidato se inscreveu. A média final do candidato será, então, a média aritmética das notas atribuídas pelos 02 (dois) examinadores com menor índice de discrepância. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados.
- b) **Plano de trabalho, de caráter eliminatório.** O plano de trabalho será avaliado pelo orientador indicado pelo candidato. Essa avaliação se dará mediante a análise da pertinência da temática ao grupo de pesquisa, relevância, organização de ideias e coerência metodológica. Sobre este plano, o orientador indicado dará um parecer de **apto** ou **não apto**, que será incorporado às decisões da Comissão Examinadora. **Os candidatos considerados não aptos após avaliação do Plano de Trabalho estarão eliminados do processo.**
- c) **O curriculum vitae, de acordo com a plataforma Lattes,** com toda a documentação comprobatória dos indicadores nele lançados. Para efeitos de pontuação, só serão consideradas as informações contidas no *curriculum vitae* acompanhadas de documentação comprobatória, dos últimos cinco anos.
- d) **Arguição do projeto, de caráter eliminatório,** realizada por, no mínimo, 02 (dois) professores do ProPEd, sendo um deles, preferencialmente, o professor indicado como orientador do projeto de pesquisa para o qual o candidato está concorrendo. Na entrevista, o candidato será questionado sobre seu **plano de trabalho** e seu **curriculum vitae**, com ênfase na defesa de sua adequação e justificativa para ingresso no curso. A avaliação da arguição far-se-á com base na apreciação do perfil do candidato, sua prontidão para elaboração de trabalho acadêmico, suas condições pessoais de cumprir

as atividades acadêmicas, defesa do plano de trabalho proposto, perspectiva de inserção no contexto do projeto de pesquisa do possível orientador e, finalmente, na avaliação do seu *curriculum vitae*.

- e) **Prova escrita de língua estrangeira**, instrumental, de caráter classificatório. Na prova de língua estrangeira instrumental, será avaliada a capacidade de leitura e compreensão de um texto impresso em um dos três idiomas – inglês, espanhol e francês – indicado pelo candidato na ficha de inscrição. A prova terá duração máxima de 02 (duas) horas, sendo permitida ao candidato a consulta ao seu próprio dicionário que poderá trazer no dia da prova.

5- CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1- São os seguintes os critérios de aprovação:

- a) Será considerado aprovado na prova escrita dissertativa o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- b) Será considerado aprovado na análise do plano de trabalho o candidato que for considerado **apto**;
- c) Será considerado aprovado na arguição do projeto o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- d) Será atribuída, na prova de língua estrangeira, nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);
- e) Do resultado das etapas **a**, **c** e **d**, será extraída uma média final ponderada com peso 5 (cinco) para a prova escrita dissertativa, peso 4 (quatro) para a arguição e peso 1 (um) para a prova de língua estrangeira;
- f) A classificação final dos candidatos será divulgada pela ordem decrescente da média final obtida pelo candidato por projeto de pesquisa;
- g) Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
 - g.1-* o mais idoso terá precedência, conforme o art. 27 da Lei Federal n. 10741;
 - g.2-* maior nota na prova escrita dissertativa;
 - g.3-* maior nota na arguição;
 - g.4-* maior nota na prova de língua estrangeira.

6- MATRÍCULA

6.1- Terão direito à matrícula os candidatos aprovados e selecionados, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto de pesquisa neste Edital.

6.2- Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

- a) Imprimir o recibo de matrícula no sítio www.proped.pro.br e entregá-lo na Secretaria do ProPEd;

- b) Apresentar na Secretaria do ProPEd os documentos **originais e cópias**:
- b1* Diploma de **graduação plena, com data da colação de grau**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;
 - b2* Histórico escolar completo da graduação plena, validado pela instituição emissora;
 - b3* Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de graduação, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente: o certificado de conclusão e colação de grau, com data da colação explicitada, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo;
 - b4* Original da carteira de identidade;
 - a)* Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação;
 - b)* Não será aceita carteira de identidade com validade vencida;
 - b5* Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.

6.3- Os candidatos que não apresentarem os originais e cópias dos documentos acima listados, anteriormente escaneados e acrescentados à inscrição online, serão desclassificados do processo seletivo, não podendo realizar sua matrícula.

6.4- A matrícula dos candidatos selecionados neste processo se realizará **23 e 26 de janeiro de 2018, de 10h às 13h e de 14h às 17h**, na Secretaria do ProPEd.

6.5- Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste Edital.

7- CALENDÁRIO

- a) **INSCRIÇÕES: de 14 a 29 de setembro de 2017.**
Local: no sítio do ProPEd (www.proped.pro.br)
- b) **RESULTADO DA INSCRIÇÃO: 13 de outubro de 2017.**
Horário: a partir de 16h
Local: mural externo do ProPEd e sítio (www.proped.pro.br)
- c) **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO: 16 e 17 de outubro de 2017.**
Através de email enviado à Comissão de Mestrado no sítio: www.proped.pro.br
- d) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE RECURSO DAS INSCRIÇÕES: 26 de outubro de 2017.**
Através de e-mail enviado ao endereço eletrônico especificado na ficha de inscrição.
- e) **PROVA ESCRITA DISSERTATIVA: 27 de outubro de 2017.**
Horário: 14h às 17h
Local: dependências da Faculdade de Educação da UERJ.

- f) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA: 10 de novembro de 2017.**
Horário: a partir das 16h
Local: mural externo do ProPEd e no sítio (www.proped.pro.br)
- g) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO: 21 de novembro de 2017.**
Horário: a partir das 16h
Local: mural externo do ProPEd e no sítio (www.proped.pro.br)
- h) **DIVULGAÇÃO DAS DATAS DAS ARGUIÇÕES: 27 de novembro de 2017.**
(Etapa a ser realizada apenas pelos candidatos aptos em plano de trabalho).
Horário: a partir das 16h
Local: mural externo do ProPEd e sítio (www.proped.pro.br)
- i) **ARGUIÇÕES: de 29 de novembro a 06 de dezembro de 2017.**
Horário: agendamentos individuais a serem posteriormente divulgados no mural externo do Proped e no sítio www.proped.pro.br.
Local: dependências do ProPEd
- j) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ARGUIÇÕES: 08 de dezembro de 2017.**
Horário: a partir das 16h
Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped.pro.br
- k) **PROVA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: 13 de dezembro de 2017.**
Local: dependências do ProPEd
- l) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: 08 de dezembro de 2017.**
Local: Mural externo do ProPEd
- m) **RECURSOS AO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: 03 de janeiro de 2018.**
- n) **RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: 08 de janeiro de 2018.**
Local: mural externo do ProPEd
- o) **DIVULGAÇÃO PRELIMINAR DO RESULTADO FINAL: 12 de janeiro de 2018,** a partir de 16 h.
Local: Online, pelo sítio www.proped.pro.br
- p) **RECURSOS AO RESULTADO PRELIMINAR: 15/01/2018 e 16/01/2018.**
Solicitação por e-mail encaminhado à Comissão de Mestrado, disponível na área de inscrições da página do ProPEd (www.proped.pro.br)
- q) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL: 19 de janeiro de 2018.**
Local: Mural externo do ProPEd e pelo sítio www.proped.pro.br
- r) **IMPRESSÃO DE RECIBO DE MATRÍCULA: 22 e 23 de janeiro de 2018.**
Local: Área de serviços exclusiva de alunos do ProPEd

- s) ENTREGA DO RECIBO DE MATRÍCULA E DE ORIGINALS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b: **23 a 26 de janeiro de 2018.**
Horário: de 10h às 13h e de 14h às 17h
Local: Secretaria do ProPEd
- t) DIVULGAÇÃO DA 1ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS: **30 de janeiro de 2018.**
Horário: a partir das 16h
Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped.pro.br
- u) ENTREGA DO RECIBO DE MATRÍCULA E DE ORIGINALS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b DOS CANDIDATOS CONTEMPLADOS NA 1ª RECLASSIFICAÇÃO: **31 de janeiro de 2018 a 01 de fevereiro de 2018.**
Horário: de 10h às 13h e de 14h às 17h
Local: Secretaria do ProPEd
- v) DIVULGAÇÃO DA 2ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS: até um dia antes da data prevista no calendário do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2018/1
Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped.pro.br
- x) ENTREGA DO RECIBO DE MATRÍCULA E DE ORIGINALS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b DOS CANDIDATOS CONTEMPLADOS NA 2ª RECLASSIFICAÇÃO: até a data prevista no calendário do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2018.1
Horário: de 10h às 13h e de 14h às 17h
Local: Secretaria do ProPEd

8- DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A inscrição do candidato **implicará** conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não sendo aceita alegação de desconhecimento.
- b) **Não** serão aceitas declarações de conclusão de curso, à exceção do disposto no item 3.3.c.
- c) Os históricos escolares devem ser abonados pela instituição expedidora.
- d) Nenhum candidato **será isento** da prova de língua estrangeira.
- e) Só serão analisados recursos para revisão de erro material. Por erro material entende-se erro no cômputo das notas.
- f) Após a inscrição não será permitida qualquer alteração de dados ou informações.
- g) Nenhum candidato poderá ingressar no local da prova escrita dissertativa e da prova de língua estrangeira após 30 minutos do início de sua realização. O horário determinado para a finalização da prova não será alterado em função do tempo de atraso. Sob nenhuma hipótese haverá segunda chamada para as provas do processo de seleção, assim como para a arguição.
- h) As provas escritas deverão ser entregues ao fiscal da sala, identificadas apenas com o número de inscrição, sem assinatura ou outra marca qualquer que permita revelar aos examinadores a identidade do candidato.
- i) Os últimos três candidatos, em cada sala, deverão sair juntos.

- j) Este exame de seleção só terá validade para curso a ser iniciado no 1º semestre de 2018.
- k) Não haverá chamada para candidatos aprovados e não selecionados fora do calendário de reclassificação.
- l) O ProPEd não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado nos itens 2 e 3 e em seus subitens; por falta a uma das provas; desistência durante o processo; ou qualquer outra circunstância.
- m) A comissão de seleção é composta por 05 (cinco) membros, que se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.
- n) A comissão de seleção convocará os outros membros do corpo docente do ProPEd para participar da correção das provas escritas dissertativas, das provas de língua estrangeira, da análise dos currículos dos candidatos e da condução das entrevistas.
- o) O colegiado do ProPEd deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da comissão de seleção.
- p) A comissão de seleção tem o direito de alterar datas previstas no calendário deste Edital, no interesse do desenvolvimento mais adequado do processo de seleção.
- q) A documentação dos candidatos cotistas não selecionados no processo seletivo ficará à disposição dos respectivos interessados para retirada, na Secretaria do ProPEd, por um prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, os documentos restantes serão incinerados.
- r) Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela comissão de seleção do ProPEd.
- s) A Coordenação do ProPEd é responsável pela gerência administrativa e infraestrutural do processo de seleção.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2017.

Maria Isabel Ramalho Ortigão
Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA E INFORMAÇÕES:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PropEd
Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F, Sala 12.037
Bairro Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro, RJ
Telefone(s): (0XX21) 2334-0467 - Fax: (0XX21) 2334-0120
Email: secretaria@proped.pro.br
Página: www.proped.pro.br

Anexos

Anexo I- QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA
Anexo II- LISTA DE PROJETOS
Anexo III- FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO
Anexo IV- FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS
Anexo V- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

ANEXO I – Quadro de vagas por linha de pesquisa

Professores	Vagas
<i>Linha: Cotidianos, redes educativas e processos culturais</i>	
Aldo Victorio	01
Ana Karina Brenner	02
Edméa Oliveira dos Santos	02
Fernando Altair Pocahy	02
Gustavo Coelho	01
Jane Paiva	02
Mailsa Carla Pinto Passos	01
Maria da Conceição Silva Soares	02
Nilda Guimarães Alves	01
Stela Guedes Caputo	01
Total	15
<i>Linha: Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura</i>	
Maria Isabel Ramalho Ortigão	02
Raquel Goulart Barreto	01
Rita de Cássia Prazeres Frangella	01
Rosanne Evangelista Dias	01
Siomara Borba	01
Verônica Borges	03
Total	09
<i>Linha: Educação Inclusiva e Processos Educacionais</i>	
Annie Gomes Redig	02
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	01
Luiz Antonio Gomes Senna	01
Total	04
<i>Linha: Infância, Juventude e Educação</i>	
Miriam Soares Leite	02
Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald	02
Rita Ribes Pereira	02
Walter Omar Kohan	01
Total	07
<i>Linha: Instituições, Práticas Educativas e História</i>	
Alexandra Lima da Silva	01
Aline de Moraes Pasche	03
Ana Chrystina Venancio Mignot	02
Lia Ciomar Macedo de Faria	01
Paula Leonardi	02
Sônia de Oliveira Camara Rangel	01
Total	10
TOTAL GERAL DE VAGAS	45

ANEXO II

LISTA E RESUMOS DOS PROJETOS

ALDO VICTORIO FILHO

TÍTULO: CULTURAS JUVENIS E VIDAS BONITAS NAS ESCOLAS: ENSINO DA ARTE, CULTURA VISUAL E COTIDIANO

O caminho da pesquisa é a investigação da produção estética dos jovens nas escolas públicas, suas aproximações e enfrentamentos ao assédio das imagens visuais e perscrutar o sentido estético e político da beleza como produção juvenil relativa à busca e exercício da autonomia frente às práticas de poder que atravessam e, sob muitos aspectos, se disseminam no cotidiano escolar. Trata-se, então, de uma pesquisa dedicada à investigação e discussão sobre os modos juvenis de ser e ficar nas escolas, com um olhar particularmente dirigido às produções estéticas, portanto, políticas que os estudantes da educação básica realizam dentro ou fora da oficialidade curricular. Investigação da figuração estética que os jovens põem em relevo quando se singularizam para dizer o que são e existencialmente territorializam e, por meio das suas imagens e de suas relações com as imagens, as diferenças que desejam que se façam presentes em suas vidas. O ponto de partida é a admissão de que, nas escolas, a beleza é uma produção juvenil relativa à intenção da autonomia do estudante frente às práticas de poder que a institucionalização escolar difunde. Em outros termos, a produção estética, especialmente no universo juvenil, é inseparável das movimentações emancipatórias, na medida em que são geradas em consonância com impulsos ou intentos libertadores como toda criação e ação poética o é e se afirma na realização da vida como realização poética. No que toca especificamente à educação, e centralmente ao ensino da arte, nos leva, sobretudo aos que se ocupam desse campo nas universidades, a repensar as tradições e as contradições dos percursos e percalços dos ensinamentos das Artes na educação básica.

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

TÍTULO: SUJEITOS EM TRÂNSITO: REDES DE SOCIABILIDADE, INSTITUIÇÕES E CIRCULAÇÃO DESABERES

Filosóficas, literárias, míticas, científicas, compulsórias, religiosas, missionárias, migratórias, turísticas, amorosas, pedagógicas. Assim se caracterizam as viagens. Uma prática, diferentes sentidos e significados. Se por um lado, as viagens são plurais e múltiplas, na mesma medida são os estudos que se propõem a refletir sobre esta temática, abordada nas diferentes áreas do conhecimento, evidenciando a abrangência e o caráter interdisciplinar. Tais trabalhos propõem investigar o viajante podem utilizar fontes diversas, tais como cartas, cartões postais, bilhetes de embarque, diários, notas, relatórios de viagem. Analisar os significados das viagens realizadas por educadores no âmbito da História da Educação é o horizonte do presente projeto de pesquisa. O projeto objetiva analisar a importância das viagens no processo de formação, intercâmbios e circulação de ideias e dos debates sobre a educação entre finais do século XIX até meados do século XX. Procura analisar a experiência de educadores, num sentido mais amplo, homens e mulheres que percorreram diferentes países e continentes em busca de aperfeiçoamento profissional e intelectual, fortalecimento de redes de sociabilidade, e participação nas ações e nos debates em torno das causas da educação.

ALINE DE MORAES PASCHE

TÍTULO: MAPEAMENTO DA MALHA PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO NAS FREGUESIAS URBANAS E RURAIS DA CAPITAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1870-1890)

O objetivo deste projeto é investigar as características históricas do processo de expansão da malha de ensino pública e privada, comparativamente, na capital do Império Brasileiro entre suas décadas finais, de 1870 e 1890. O que se procura compreender melhor são as políticas do Ministério dos Negócios do Império, pasta responsável pela gestão dos assuntos educacionais em todo Império e na Corte, suas iniciativas de criação de escolas públicas, bem como o conjunto amplo e diversificado de estabelecimentos particulares mantidos por grupos religiosos, associações, agremiações, sociedades e demais instituições civis. Interessa inquirir aspectos como estrutura, localização, ampliação, distribuição de demandas das referidas iniciativas de escolarização primária e secundária, associando tais aspectos às questões geográficas, culturais e políticas da capital. Nesse sentido, a partir de um conjunto diversificado de fontes, a pesquisa pretende refletir acerca das legislações, levantamentos e ações empreendidas pelo governo que, como hipótese do projeto, tinham como pretensão controlar, regulamentar e incentivar ou restringir a ocupação dos espaços da cidade por parte dessas escolas. Com isso, a proposta é que sejam produzidos quadros quantitativos e mapas que explicitem a movimentação de escolas públicas e privadas entre as regiões definidas como freguesias urbanas e rurais do Município Neutro. Na perspectiva comparativa entre esfera pública e privada, como hipótese preliminar do projeto, há indicações acerca da maior expressão, em termos numéricos, das iniciativas particulares, fossem elas formais (colégios primários e secundários) ou informais (aulas avulsas, preparatórios). Integrando um projeto de pesquisa mais amplo, com participação de outros pesquisadores, o desenvolvimento deste estudo pretende colaborar com os demais investimentos do campo da História da Educação cuja pretensão é compreender melhor o fenômeno educativo a partir de diferentes perspectivas e, da mesma forma, ampliar a pesquisa e divulgação dos acervos documentais existentes.

ANA CHRYSTINA VENANCIO MIGNOT

TÍTULO: TRAVESSIA ENTRE A CIÊNCIA E A FÉ: a nova pedagogia para a educadora católica Laura Jacobina Lacombe

Seguindo as pistas deixadas pelos historiadores da educação que, ao se voltaram para as viagens de educadores como um dispositivo de apropriação e circulação de modelos pedagógicos, examinam a importância que o Instituto Jean-Jacques Rousseau desempenhou, na fabricação de uma nova sensibilidade pela infância que orientou a defesa da escola como direito das crianças e a necessidade de assegurar métodos de ensino renovadores, este estudo se volta para as duas primeiras viagens de Laura Jacobina Lacombe, à Suíça (1925 e 1927) e as duas primeiras que realizou à Bélgica (1927 e 1933). Atuante na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, posteriormente, na Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APC), ela se tornou um dos mais importantes elos de ligação entre a ABE e o instituto suíço, onde estavam os educadores que lideraram a produção e difusão de ideário pedagógico renovador – A. Ferrière, P. Bovet e E. Claparède – bem como com O. Decroly, em Bruxelas. Ao eleger as viagens de Laura Jacobina Lacombe para investigar como se apropriou das propostas escolanovistas na produção e difusão do discurso educacional católico, reconheço que o laicato católico é mais heterogêneo e complexo do que se supõe, como propõe Bernadete de Lourdes StreiskyStang (2008), e assumo a perspectiva de Marta Chagas de Carvalho (2002) quando lembra que, diferentemente do que se tem acreditado, a militância católica não se opôs ao avanço das novas propostas pedagógicas e se mobilizou para difundir “a sua versão da nova pedagogia”. Para interpretar a

travessia física e intelectual entre a ciência e a fé, busco, na documentação existente em diferentes instituições de guarda, suas convicções pedagógicas e crenças religiosas que informam e conformam seus modos de ver, ouvir, experimentar e propagar. A investigação pretende melhor compreender a hibridização de princípios e práticas escolanovistas e católicas por ela apropriados e difundidos, contribuindo, deste modo, para matizar uma certa versão consagrada na historiografia da educação.

ANA KARINA BRENNER

TÍTULO: A EJA PARA OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIAS E PROCESSOS EDUCATIVOS E DE INDIVIDUAÇÃO

O projeto de pesquisa se associa a projeto coletivo que busca compreender e revelar as trajetórias de escolarização e os percursos biográficos de jovens estudantes de Ensino Médio de escolas públicas que se encontram em situação de defasagem escolar. O recorte específico desta proposta tem preocupação especial com a oferta escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, buscando revelar e compreender trajetórias de escolarização e percursos biográficos de jovens estudantes de Ensino Médio de escolas públicas em situação de defasagem escolar – por abandono, repetência ou atraso na matrícula. As trajetórias truncadas ou irregulares de escolarização expressam a sonicação de direito básico à cidadania e a EJA tem, como modalidade da educação básica, o desafio de garantir a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio para essa população que passou pela escola e, por motivos diferenciados (trabalho, responsabilidades familiares, maternidade/paternidade etc.), foi obrigada a abandoná-la. Busca-se combinar, na análise sobre os percursos de vida dos jovens, a posição social com os estados sociais, ou seja, compreender a maneira como os indivíduos agem no contexto de determinada posição social na qual se encontram (Martuccelli, 2007). O estudo se fundamenta em uma sociologia do indivíduo para a qual o interrogante maior é o de saber como o indivíduo é capaz de sustentar-se no mundo e para a qual a dimensão de provas e suportes (Martuccelli, 2010) é fundante. A pesquisa, em andamento, realizou survey (aplicação de questionários) com jovens estudantes de 14 escolas públicas estaduais localizadas no município do Rio de Janeiro com trajetórias escolares truncadas, constituindo banco de dados com 529 entrevistas com jovens de 18 a 29 anos de idade. A partir do questionário foram realizadas 19 entrevistas biográficas numa conjugação de metodologias quantitativas e qualitativas no sentido de melhor abordar o objeto de estudo e as análises sobre o fenômeno do truncamento das trajetórias escolares e dos processos de individuação. As 19 entrevistas biográficas realizadas com jovens levaram à produção de nova etapa de pesquisa que consistiu no acompanhamento de 3 desses jovens em seus cotidianos de estudo, trabalho, lazer e vida familiar. Tanto as entrevistas quanto os acompanhamentos dos 3 jovens lançaram mão de dispositivos metodológicos que auxiliassem na condução das entrevistas biográficas e na produção de reflexividade dos sujeitos da pesquisa a partir de narrativas de si. Tanto as entrevistas quanto os acompanhamentos foram filmados e resultarão em documentário de pesquisa que se encontra em fase de edição. A pesquisa com utilização e produção de imagens se assenta nas experiências de 14 anos do Observatório Jovem do Rio de Janeiro (www.uff.br/observatoriojovem) de produção de filmes de pesquisa. A imagem é compreendida como representação do social (Becker, 2009) e o audiovisual tomado como ferramenta de produção de dados e reflexividade no encontro com os atores sociais investigados.

ANNIE GOMES REDIG

TÍTULO: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA A VIDA ADULTA E MUNDO DO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A presente pesquisa se insere no contexto de estudos voltados para disseminação de políticas e práticas de inclusão. A inclusão é um movimento mundial e nas últimas décadas o cenário educacional brasileiro vem se transformando para atender a diversidade. Dentro das questões eminentes que envolvem a construção de uma escola inclusiva, destacamos a formação para o momento pós-escola para estudantes com deficiência intelectual. Nessa direção, a pesquisa tem como objetivo a elaboração, implementação e avaliação de um Plano Individualizado de Transição para a vida adulta e mundo do trabalho para jovens e adultos com deficiência intelectual a partir dos 14 anos de idade, matriculados em turmas comuns (Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio), classes e/ou escolas especiais, além do acompanhamento desse processo. Sendo assim, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado que contemple um Plano Individualizado de Transição para a vida adulta e/ou mundo do trabalho, de forma a permitir ao sujeito opções de aprendizado para além de conteúdos acadêmicos, possibilitando a sua inclusão escolar, social e laboral.

CÁTIA CRIVELENTI DE FIGUEIREDO WALTER

TÍTULO: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES EM COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E ATIVIDADES FUNCIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O objetivo do projeto é promover a formação inicial de alunos de Pedagogia e formação continuada aos professores da educação inclusiva quanto ao conhecimento e uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), considerando os pressupostos teóricos do Currículo Funcional Natural (CFN), no contexto natural de ensino e também oferecer atendimento especializado aos alunos com deficiência e dificuldades severas de comunicação. Os pressupostos da ação educativa serão formados por meio da abordagem denominada Problematização, segundo a qual os conteúdos de ensino não são oferecidos aos professores e aos alunos em sua forma acabada, mas na forma de problemas extraídos da realidade, cujas relações devem ser descobertas e construídas pelos professores nas suas práticas regulares e os alunos na construção de novos conceitos, onde possam reorganizar o material, adaptando-o à sua estrutura cognitiva prévia, para descobrir relações, leis ou conceitos que precisarão assimilar e colocar em prática. O projeto contará com um grupo de 30 alunos de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da UERJ; 5 professores de sala de AEE e 5 professores da rede regular pública. Também serão participantes os alunos com dificuldades comunicativas, incluídos no ensino regular da secretaria municipal de educação do município do Rio de Janeiro. Com a formação inicial dos alunos de Pedagogia espera-se: iniciar a preparação dos graduandos para atuarem com alunos com deficiência, principalmente os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), sem fala articulada funcional; desenvolver a habilidade de relatar observações do aluno com deficiência, por meio de estudo de caso; utilizar o estudo de caso para a elaboração do plano de intervenção especializada, que possibilitasse o desenvolvimento de estratégias adequadas ao desenvolvimento do aluno tanto no atendimento especializado quanto na escola. A formação objetivará também: estimular parcerias entre o aluno da graduação, o aluno com deficiência, a família, os profissionais da escola e da Saúde (quando for o caso) na construção do planejamento e na resolução dos problemas que surgirem na escolarização do aluno com deficiência, utilizando também a técnica da autoscopia para que possam observar as próprias

práticas e discuti-las em grupo. Espera-se que com a oportunidade dos alunos de graduação em Pedagogia em aprofundarem seus conhecimentos sobre as diferentes formas alternativas de comunicação, no programa PECS-Adaptado e adaptações pedagógicas e funcionais, baseadas no Currículo Funcional Natural (CFN) necessárias às pessoas com deficiência, possamos contribuir com o processo de inclusão social nas diferentes etapas da vida.

EDMÉA OLIVEIRA SANTOS

TÍTULO: ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA-FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA

O projeto de pesquisa “Análise de dados em pesquisa-formação na cibercultura”, pretende investigar teorias, práticas e dispositivos que potencializem a produção, análise e interpretação de dados produzidos em contextos de pesquisa-formação mediados por tecnologias digitais em rede. Nos últimos 10 anos, atualizamos o método da pesquisa-formação em contextos da cibercultura, especificamente em práticas de educação online mediados por ambientes virtuais e redes sociais na interface cidade/ciberespaço. Neste contexto desenvolvemos dispositivos de pesquisa, junto ao GPDOC – grupo de pesquisa docência e cibercultura, onde procuramos criar ambiências de pesquisa e formação, produzindo dados com professores e pesquisadores praticantes em diversas redes educativas. Os dados produzidos em coautoria se materializam em narrativas e imagens digitais. Sendo assim, procuraremos com este projeto, compreender melhor como dialogar com estes dados e rastros, produzindo sentidos que não só estruturam a comunicação, circulação e divulgação científica, mas também e sobretudo, possa se constituir como mais um espaço multirreferencial de pesquisa e formação. Para tanto, organizamos a pesquisa em dois eixos fundantes. No eixo 1, nosso objetivo é produzir quadro teórico específico para a interpretação de dados em contextos digitais. Lançaremos mão da abordagem multirreferencial, bricolando inspirações da hermenêutica crítica com teorias pós-estruturalistas. No eixo 2, nosso objetivo é mapear e utilizar softwares para produção e interpretação de dados em contextos digitais. Pretendemos com este estudo, contribuir no desenvolvimento e campo das pesquisas qualitativas em educação, atualizar o método da pesquisa-formação na cibercultura com foco na interpretação de dados, contribuir com a formação dos praticantes culturais envolvidos no projeto.

FERNANDO ALTAIR POCAHY

TÍTULO: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: PROBLEMATIZAÇÕES INTERSECCIONAIS EMEDUCAÇÃO E(M) SAÚDE

As investigações que compõem esse projeto «guarda-chuva» buscam compreender como determinadas redes discursivas são agenciadas e articuladas na produção de subjetividades e(m) cotidianos. No rastro de problematizações acerca da produção de regimes de verdade, movimentamo-nos em análises interseccionais sobre corpo, gênero, sexualidade, gerações, raça/etnia e classe, entre outros marcadores sociais de identidade e diferença. As pesquisas(-intervenções) que integram o projeto discutem os efeitos (hetero)normativos da constituição dos modos de vida na (trans)contemporaneidade, tomando como lócus privilegiado de investigação as práticas-saberes em educação e(m) saúde, notadamente a produção de saúde e a formação de profissionais da saúde. As pesquisas(-intervenções) associadas ao projeto eixo assumem como pressupostos e abordagens teórico-metodológicas as análises pós-estruturalistas informadas pelos Estudos Feministas, Queer e Pós-coloniais. Essas investigações articulam-se a partir de quatro linhas: 1. Gênero, diversidade sexual e geração/idade, com o objetivo analisar formas de regulação do gênero e da sexualidade em sua articulação com a

produção discursiva em torno do dispositivo da idade e da performatividade geracional (com ênfase atualmente para o envelhecimento); 2. Pedagogias de gênero e da sexualidade, problematiza como as pedagogias de gênero e da sexualidade exercidas e veiculadas por múltiplas instâncias da cultura se articulam à produção das hetero/homonormatividades e quais seriam seus efeitos na constituição de processos de subjetivação.; 3) Políticas queer e [trans]contemporaneidade: as pesquisas nesta linha analisam processos de subjetivação a partir de produções ético-estético-(micro)políticas na (re)invenção dos modos de vida na/da [trans]contemporaneidade, com ênfase para os movimentos de dissidência e contestação às hetero/homonormatividades; 4) Gênero e Sexualidade nas Políticas Públicas. O objetivo dessa linha é investigar a produção de políticas articuladas a gênero e sexualidade, a partir de seus efeitos nos modos de subjetivação e no acesso e garantia de direitos sociais e políticos das minorias. Instituições envolvidas: Universidade do Estado do Pará, Universidade do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e UniversityofSurrey.

GUSTAVO COELHO

TÍTULO: ESTÉTICAS MARGINALIZADAS: JOVENS EM ESCOLONIZAÇÃO ÉTICAESTÉTICA.

Assumindo a dimensão estética como condição humana, o que pressupõe portanto uma expansão do conceito de estética, grosso modo deslocando-o de sua aderência “fria” exclusiva às obras de arte, a uma concepção etimológica e “quente” do termo grego *aisthesis*, este projeto, em companhia de Nietzsche, Foucault e Maffesoli, entende a vida, a subjetividade, como lugar de artistagem, aproximando portanto ética e estética. Se, então, a dimensão estética é essa que inclui as sensações, as emoções, os jeitos, os gestos, o corpo como (in)acabamento de fruição, permeável aos afetos, sendo o ser humano, nas palavras de Fanon, “um SIM vibrando com”, é justamente nela que algo de incontrolável, algo de indeterminado, segue agindo a despeito dos “fins objetivantes”, como disse Lacan, de nossa “consciente” autorização. Trata-se então de algo que mesmo sendo nós mesmos, difere de nós, ameaçando portanto o monopólio da razão instrumental individual que concebeu o sujeito moderno ensimesmado, para o qual quanto maior o esclarecimento, mais próximo ele estaria de um total domínio sobre si e o mundo, sendo então a ameaça de um possível pluralismo dinâmico naquilo que parece ser incontrolável, um fantasma a ser esconjurado. Nesse sentido, o conceito de Diferença em Deleuze, Guattari e Derrida, os estudos da presença, da subjetividade e seus cruzamentos entre a linguagem e a psicanálise, especialmente em Gumbrecht, Blanchot, Barthes, Lacan, Freud, Jung e Fanon, assim como as contribuições da antropologia na radicalização da crise epistemológica moderna, sobretudo os estudos ameríndios em Viveiros de Castro e Pierre Clastres, nos interessam primordialmente. Apostamos, então, no campo da estética como lugar que, por guardar incompatibilidades ao racionalismo ocidental moderno, guarda também indícios eloquentes do que de nós fora descartado na consolidação desse império. Em todo caso, mesmo com esse espectro teórico que nos inscreve em um campo alargado, politicamente privilegiamos pesquisas de campo que tenham como interesse experiências estéticas daqueles humanos menos adequados, “outsiders”, de currículo esquizo, sem carreira e sem conforto, loucos, molecada correria do “fundão” da sala-de-aula, justamente sob os quais pesa a identidade antagônica de serem os que servirão de figura comparativa negativa, “servem para nada”, “vagabundos”, “pestes”, destinados ao “fracasso” existencial e também escolar. Como esses experienciam e dão contornos a tal demanda, a tal drama de paradoxalmente serem encaixados em categorias fixas negativas, mas feito “NÃOs” afirmativos se comportarem como refluxos de uma imanência indomesticada, contrapontos da estabilidade? Formular respostas a essa

pergunta é nosso objetivo principal, enquanto que a percepção de que se trata de um universo onde destinatários das imagens e valores negativos à sociedade, mesmo assim inventam e enunciam linguagens outras, é nossa principal justificativa. Quê linguagens, quê estéticas, quê ethos se vive enquanto manejos possíveis numa subjetividade que opera nesse cruzamento irresoluto de ser afixado em um “NÃO” afirmativamente dinâmico dentro de um regime imobilizante? A despeito, então, da negligência, marginalização e desqualificação das quais são geralmente alvos, acreditamos que nestes cotidianos está em constante e dramática modelagem uma série de formas de resistência, de reinvenção descolonial, de conhecimento e mesmo de sofisticação conceitual.

JANE PAIVA

TÍTULO 1.: CONSTELAÇÕES ANALÍTICAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM NOVOS CONTEXTOS HISTÓRICOS: QUE SENTIDOS PARA A DIVERSIDADE E PARA A DIGNIDADE HUMANA?

O aprofundamento da temática do direito à educação neste novo projeto de pesquisa dá seguimento aos estudos e investigações que venho promovendo de há muito tempo no campo da educação de jovens e adultos, mais especificamente desde que a Constituição Federal de 1988, quando promulgada, preceituou na Carta os direitos sociais que vinham sendo reivindicados pelos movimentos em defesa da cidadania, nas lutas travadas com a ditadura civil-militar que retirara, com a repressão, também os direitos políticos dos brasileiros. A conquista de direitos sociais, especialmente nos termos em que movimentos em prol da saúde e da educação os defenderam, escreveu e inscreveu novas páginas na história do país, despertando meu interesse para a compreensão de como o direito à educação para jovens e adultos se fazia em políticas públicas e com que sentidos se expressava. Assim, o objetivo geral do projeto visa à compreensão de emoções e sentimentos relatados por sujeitos jovens e adultos quanto às interdições sofridas para o exercício do direito à educação em qualquer fase de suas vidas, tomando em conta, especialmente, contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais — vagas insuficientes para crianças em idade escolar; localização de escolas e de vagas; não oferta de vagas em escolas para a educação de jovens e adultos; redução de investimentos em educação de jovens e adultos (EJA); insucesso das políticas escolares “regulares”, com investimento duplo em um mesmo sujeito que retorna várias vezes à escola para concluir seu curso, sem conseguir permanecer e ter “sucesso”; o modelo utilizado na oferta de EJA, que apenas “copia” o modo de oferta da escola regular; fechamento de classes e escolas etc. — e as mudanças que se vão produzindo complexamente na ordem do trabalho e renda, na cidadania e nas questões da diversidade (de gênero, étnico-racial, de classe social) e como esses elementos constelacionais impactam o princípio constitucional da dignidade humana. Com esse foco, o projeto pretende pôr em teste a categoria analítica de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009) vivido por sujeitos diversos de classes populares interditados do direito à educação e à escolarização, buscando arregimentar, pelas narrativas, elementos que confirmem ou contestem a formulação da autora, e como esses elementos se conectam entre si, complexificando a compreensão do que é dor (perspectiva individual) e do que é sofrimento (perspectiva coletiva) na existência social e humana. A escolha do objeto, assim definido, se ampara nas recomendações de B. S. Santos (1997) que sugere o uso de interrogações poderosas (contra hegemônicas, para o autor) para fazer avançar o conhecimento, penetrando em pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber constituído, introduzindo valores e ética nos conceitos científicos. Para isso, defende o uso de categorias desestabilizadoras na compreensão de questões sociais, de modo a criar novas constelações analíticas por meio das quais poderão ser mobilizados sentidos inesgotáveis, a partir de ideias e de paixões. O processo de investigação

proposto, então, problematiza e reorganiza conceitos de exclusão/inclusão à medida que as narrativas de sujeitos diversos — jovens e adultos de classes populares que, quanto mais diversos, mais desiguais — se evidenciam, explorando a utilidade desses conceitos. Trata-se de ir além da produção existente e forjar novas compreensões, pondo em cheque, como anunciado, a formulação de Sawaia (2009), com a concepção de sofrimento ético-político, e como esta se constitui para sujeitos que vivem/eram injustiças sociais, nesse caso, situações de interdição à educação e fracasso escolar. Compreender como necessidades humanas se fixam, não apenas em atos de sobrevivência, mas de desejos e sonhos em concomitância, por meio de entrevistas compreensivas com sujeitos de diferentes grupos sociais que têm em comum a vivência da desescolarização/não alfabetização, como suporte à metodologia de história oral. Seriam estes conceitos-processo, não mais deserdados e desencarnados, mas libertados da evidência e banalização do mal do outro que o expia como culpa, individual e privada, em vez de pública, porque da ordem da injustiça e da desigualdade social? Como, então, os sujeitos vivenciam esta situação de desigualdade? Como culpa individual, como incapacidade? Como dor ou como sofrimento ético-político? Percebem a injustiça social que os acomete? E como um e outro se expressam em cada grupo de sujeitos nomeados? O que compreendem da própria interdição ao direito à educação e como a enunciam? Que marcas/histórias deixou em suas vidas?

TÍTULO 2.: CENTRO DE REFERÊNCIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro realiza-se a partir do Grupo de Pesquisa Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos, e tem por finalidade o desenvolvimento de ações visando à consolidação da área da educação de jovens e adultos, por meio da produção, conservação e disponibilização da memória passada e presente e recriação da história da educação popular e da educação de jovens e adultos. Suas ações se referem ao levantamento e à identificação, tratamento técnico (digitalização) e referenciado (segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística), e organização de material didático e de demais documentos produzidos pelas ou sobre experiências brasileiras de educação popular e de jovens e adultos. O acervo resgatado terá duas destinações: uma física, sob a responsabilidade da Universidade que o abriga; outra virtual, disponibilizando online, em página web compartilhada por diversos projetos/programas, de maneira a permitir atualizações a partir de novos materiais coletados. Ao mesmo tempo, o acervo online e físico existente, da memória passada subsidiará ações de pesquisa e de ensino, presentes e futuras no campo, produzindo investigações sobre materiais, documentos e registros da área, reconstituindo a história de experiências e da ação de seus protagonistas em programas e projetos que alimentam/aram o campo. O acervo se oferece à consulta e subsídio a pesquisadores, professores e alunos de EJA, bem como de cursos de formação de professores na área. A memória resgatada e organizada em acervo documental integra-se a outros movimentos na mesma direção realizados por universidades de diferentes regiões do país e subsidiará pesquisas de diversas naturezas realizadas por universidades e outros centros de pesquisa no campo da história da educação popular e de jovens e adultos, especialmente.

LIA CIOMAR MACEDO DE FARIA

TÍTULO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PROFISSÃO DOCENTE (ANOS 1960-80)

O presente estudo busca identificar as marcas da produção cultural (anos 1970/1980) no processo de transição democrática brasileira, recuperando o cenário político da redemocratização. No caso em tela, o fio condutor será a formação cultural e as práticas políticas que inspiraram o professorado. Desta forma, discutindo o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes no imaginário docente. Ao analisar a participação de profissionais mais “engajados” na política e na cultura, o estudo pretende assinalar os possíveis impactos e vestígios presentes em suas falas e memórias docentes. Portanto, os objetivos da pesquisa apontam para o processo de construção de uma educação pautada em princípios democráticos e humanizantes. Nesse sentido, o estudo analisa a participação docente no campo político e cultural, assinalando os impactos e marcas provocados por tais práticas. Logo, o projeto em tela se propõe a buscar vestígios do pensamento cultural e político que contribuiu para a formação da identidade do magistério luso-brasileiro.

LUIZ ANTONIO GOMES SENNA

TÍTULO: CULTURAS EM CONTATO NO PROCESSO DE LETRAMENTO

Programa e base do VI ciclo de pesquisas do Grupo Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, retoma abordagens de cunho teórico no estudo das condições gerais do processo de letramento na educação básica brasileira, no âmbito do qual estão incluídos os diferentes campos curriculares vinculados, a saber: alfabetização, formação de leitores, produção de textos, educação matemática e científica. O programa congrega projetos específicos de pesquisa e formação de RH em nível de mestrado e doutorado, cujos objetivos visam a contribuir com a identificação de fatores responsáveis pela perpetuação de situações de severo custo no desenvolvimento e uso dos códigos e sistemas de representação da cultura letrada escolar na sociedade brasileira. Seus objetos primários variam entre: (i) fenômenos associados às propriedades intelectuais e socioafetivas de sujeitos sociais em condição de diversidade, sejam entre aqueles com necessidades especiais, ou em condição de marginalidade cultural, e (ii) fenômenos associados às propriedades estruturais e estruturantes das peças mais representativas da cultura letrada moderna, a saber, a escrita alfabética e as representações algorítmicas da matemática. O programa dá consecução a estudos anteriores do grupo de pesquisa, deles resgatando os conceitos de sistemas metafóricos e de modos do pensamento, com base nos quais fundamentam-se explicações que nos permitem caracterizar as produções realizadas por alunos em processo de letramento como formas plenas e legítimas, em coerência com a noção vygotskiana de desenvolvimento proximal. Nesta fase de estudos, o grupo avança na investigação de fatores que resultam em custo severo de plena apropriação das formas reconhecidas como adequadas à cultura letrada. Consideram-se, aqui, a formação inicial na alfabetização (com foco sobre os casos interdição no processo de construção da escrita) e os casos ordinariamente associadas àquilo que se vem usando chamar analfabetismo funcional, identificado tanto no uso da escrita alfabética como no dos recursos da matemática escolar, ou outros instrumentos da cultura acadêmica.

MAILSA CARLA PINTO PASSOS

TÍTULO: ENCONTROS COM A AFRODIÁSPORA EM AMBIENTES EDUCATIVOS: ESTÉTICA, DIALOGIA E ENUNCIÇÃO

O projeto “Encontros com a afrodíaspóra em ambientes educativos: estética, dialogia e enunciação” consiste no desdobramento de outros dois projetos. O primeiro deles, “Artes do fazer: diálogos e alianças da afrodíaspóra em redes educativas”, e o projeto “Culturas, sonoridades e processos identitários afrodiáspóricos na comunidade escolar Compositor Luiz Gonzaga”. No presente projeto, temos como objetivo aprofundar nossos estudos sobre a afrodíaspóra e compreender as narrativas dos sujeitos afrodiáspóricos sobre si e os processos de negociação cultural presentes nestes discursos e práticas. Pretendemos compreender como se enunciam – suas linguagens, os diálogos culturais em sua dimensão ética e estética. Estas enunciações, em nosso ponto-de-vista, são acontecimentos com potencial emancipatório e de resignificação da vida social. Temos como meta conhecer e registrar as formas de apropriação e usos (CERTEAU, 2006) das práticas culturais – as artes do fazer certeuanianas - tendo como princípio que os ambientes educativos são espaçostempos de emergência de saberes e que o cotidiano é espaçotempo de criação onde circulam discursos polifônicos (BAKHTIN, 2003), que nos oferecem pistas sobre os processos de negociação cultural. A pesquisa prevê também a produção um arquivo audiovisual dessas enunciações, com a intenção de registrar a emergência de saberes e performances culturais produzidos como não existência, como nos sinaliza Santos, 2003. Temos como base teórica para este estudo Mikhail Bakhtin, Frantz Fanon, Michel de Certeau, Paul Gilroy, Muniz Sodré, Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, dentre outros.

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA SOARES

TÍTULO: AS AUDIOVISUALIDADES E AS REDES DE SIGNIFICAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE TECIDAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES – UM ESTUDO COM VÍDEOS ESCOLARES CONTRA HOMOFOBIA COMPARTILHADOS NO YOUTUBE

Este projeto de pesquisa, em continuidade aos estudos que temos desenvolvido na interface currículo, narrativas audiovisuais e diferença, busca investigar, problematizar e alargar as redes de significações sobre gênero e sexualidade tecidas na formação de professores/as, dentro-fora do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o propósito de contribuir com as práticas-teorias que buscam pensar, desnaturalizar e combater a discriminação, a inferiorização e a violência contra mulheres e contra as pessoas consideradas como desviantes em relação aos modos hegemonicamente legitimados de experimentar as potências do corpo, tais como homossexuais, bissexuais, transexuais e transgêneros, entre outros, nos cotidianos escolares. Nosso interesse está na problematização dos processos de produção de conhecimentos e de subjetividades tecidos com as demandas curriculares da formação em suas articulações com as apropriações cotidianas de formas- conteúdos audiovisuais e com as múltiplas possibilidades de ação docente que se engendram nessa trama. Entendemos que a formação, como processo de invenção de si e de mundo, se tece com o que é aprendido nos diferentes contextos em que se vive, entre eles o dos usos das mídias. O recorte do estudo atual visa o mapeamento e a análise com os/as estudantes de Pedagogia de vídeos contra a homofobia produzidos como trabalhos escolares e divulgados no site de compartilhamento YouTube na internet. Em um levantamento exploratório, encontramos vídeos produzidos por estudantes de diferentes níveis em ensino, da educação básica à superior, das redes públicas e privadas de várias regiões do país, em diferentes disciplinas. Articulado múltiplos regimes de imagens (feitas com celular, webcam, máquina fotográfica, imagens de

arquivo, etc), de sons (depoimentos, diálogos, leitura de textos, músicas, ruídos, silêncios, etc) e formatos (documentário, ficção, videoclipe, etc), essas narrativas audiovisuais se situam no limiar das audiovisualidades contemporâneas, embaçando fronteiras entre códigos, linguagens e recepção-produção. Essas produções, para além das técnicas e tecnologias, hibridizam também concepções teóricas e políticas sobre gênero e sexualidade e se constituem em um dos modos pelos quais o debate sobre a homofobia se forja e atravessa os cotidianos escolares, enfrentando e ao mesmo tempo compondo com as políticas educacionais e os programas governamentais.

MARIA ISABEL RAMALHO ORTIGÃO

Título: POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este projeto de pesquisa visa a compreender as políticas e as práticas escolares associadas à melhoria de desempenho das escolas brasileiras, tendo o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) como objeto de estudo. O PISA é uma avaliação internacional que avalia jovens de 15 anos de idade em diversos países, incluindo o Brasil, e busca verificar o quanto estes jovens estão preparados para a transição à vida adulta. Especificamente, pretende-se (a) analisar os resultados brasileiros ao longo das edições do PISA (2000 a 2015), nas três áreas de conhecimento consideradas (Leitura, Matemática e Ciências); (b) investigar que fatores escolares (políticas e práticas) estão associados ao desempenho de estudantes brasileiros que participaram do PISA, e (c) quais destes fatores minimizam o impacto do nível socioeconômico familiar nos resultados escolares, considerando que já é bem conhecido que a origem social tem impacto nos resultados escolares e que este impacto é desfavorável aos estudantes de menor nível socioeconômico. O desenvolvimento da pesquisa envolve análise de documentos sobre o PISA e análise aos próprios microdados do Programa.

MARIA LUIZA OSWALD

SUBVERTENDO A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER: CRIANÇAS, JOVENS E PROFESSORES EM SUAS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS

O projeto que proponho dá continuidade ao anterior, “Educação e contemporaneidade: crianças, jovens e redes de conhecimento”, cujos resultados apontaram para a potência da sociedade em rede, quando as redes são reprogramadas pelos desejos, sonhos, esperanças e resistências dos atores sociais que as instituem como redes de conhecimento e significação. Descobrimos nesses estudos jovens que, procurando fugir da manipulação e do controle do novo estágio do capitalismo, se envolvem em práticas coletivas alternativas a essa ordem. Interessante, e ao grupo de pesquisa que coordeno, continuar investindo em estudar essas práticas, ampliando o foco para crianças e professores. Diante do atual contexto político do Brasil, em que a educação assume a função de fortalecer o capitalismo, auxiliando o Estado a manter em situação de desigualdade os que mantêm o poder do conhecimento e os que não mantêm esse poder, minha proposta parece relevante. Trata-se de conhecer como crianças, jovens e professores da escola pública subvertem a relação entre conhecimento e poder nas múltiplas redes educativas em que atuam: (i) na escola, (ii) no espaço domiciliar; (iii) nos espaços urbanos (iv) nas redes sociais. O Projeto será realizado por intermédio de procedimentos da pesquisa presencial (observação; entrevistas) e online, orientados pelas contribuições que Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin trouxeram à pesquisa em Ciências Humanas. No que se refere à especificidade do objeto, a construção e a análise dos dados será orientada pelos estudos sobre conhecimento e poder na sociedade em rede (Manuel Castells); pelo aprofundamento do papel

da astúcia dos praticantes sociais na subversão ordem social capitalista (Michel de Certeau); e pelos estudos sobre os modos de constituição da subjetividade de crianças e jovens nos contextos híbridos da contemporaneidade e nas relações com os artefatos de seu tempo (Édmea Santos, José Machado Pais, Helena Abramo; Hermano Vianna; Juarez Dayrell, Lucia Rabello de Castro; Marília Sposito; MicaelHerschman; Paulo Carrano; Regina Novaes; Rosana Reguillo; Solange Jobim e Souza, entre outros).

MIRIAM SOARES LEITE

TÍTULO: ABORDAGEM INTERSECCIONAL DA DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA JUVENTUDE: QUESTÕES TEÓRICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DO ATIVISMO ESTUDANTIL CONTEMPORÂNEO

Passados quatro anos desde as chamadas “jornadas de junho”, nossas ruas permanecem em ebulição, com movimentação nem sempre protagonizada por jovens, mas, sem dúvida, contando ainda com a sua presença. Entretanto, tais manifestações surpreendem agora menos pela participação juvenil do que pelo conteúdo de parcela significativa das bandeiras defendidas em tais mobilizações. Pela primeira vez, desde o fim da última ditadura que tivemos no país, forças políticas altamente conservadoras se assumem como tal e ocupam os espaços públicos reivindicando e enaltecendo o que até pouco tempo seria para muitos de nós impensável: a volta da ditadura, a intervenção militar, o anticomunismo, a bi/homo/lesbo/transfobia. Como se coloca a educação escolar nesse quadro sociopolítico? Como tem - ou não - formado para a participação nesse contexto? O formato “grêmio”, para a organização política dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, ainda faz sentido para a juventude contemporânea? A escola tem favorecido a constituição deste e de outros formatos de organização e atuação política dos seus jovens estudantes? Como se colocam as questões da diferença nesse contexto? Neste projeto, propomos buscar respostas a tais questionamentos, em continuidade às últimas pesquisas que temos realizado no Grupo de Estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude/DDEEJ. Para tanto, a pesquisa conta com três eixos principais de desenvolvimento: 1) pesquisa colaborativa, em parceria com estudantes e professores de colégio público do Rio de Janeiro com tradição de ativismo discente, visando mapear e problematizar a formação e participação política dos estudantes na instituição; 2) levantamento e discussão da produção acadêmica recente (2007 a 2017) acerca de temas e de noções teóricas pertinentes à pesquisa: ativismo político estudantil; gênero e sexualidade na educação escolar da juventude; interseccionalidade; 3) aprofundamento teórico das temáticas que temos focalizado em nossas pesquisas e que seguiremos estudando neste projeto, nomeadamente: juventude e educação escolar, ativismo político juvenil e estudantil, perspectiva teórico-política da diferença (que temos buscado construir em diálogo com teorizações de Jacques Derrida e Judith Butler, entre outros) e problemáticas da diferença na escola, com destaque para questões relativas a gênero e orientação sexual, bem como para a abordagem interseccional dessas questões, que têm mobilizado movimentos estudantis no estado do Rio de Janeiro, e se colocado bastante presentes em nossos estudos sobre a diferença e a desigualdade na escola. Destaque-se, neste último eixo, pesquisa bibliográfica e estudos sobre a juventude em perspectivas críticas, visando a proposição de bases gerais para a realização do diálogo entre tais produções e nossas pesquisas, usualmente mais próximas de teorizações pós-críticas.

NILDA GUIMARÃES ALVES

TÍTULO: PROCESSOS CURRICULARES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: os modos como questões sociais se transformam em questões curriculares nas escolas

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais fatos sociais graves – no caso a forte migração de seres humanos, por múltiplas razões, com destaque para guerras e mudanças ambientais – se transformam em experiências curriculares. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineclubes em torno de filmes que mostrem ondas migratórias no mundo, em escolas nos municípios de S. Gonçalo, Nova Friburgo, Rio de Janeiro e Paracambi e dos quais participem docentes e discentes, do ensino médio e superior, em ‘conversas’ – presenciais e online - sobre imagens e sons dos mesmos e possibilidades e necessidades curriculares sobre o tema. No segundo movimento, serão realizadas oficinas, em uma escola de ensino médio de cada um desses municípios para criação de vídeos sobre essa questão com a participação de docentes e discentes. Esses dois movimentos serão realizados como cursos de extensão e contam com o apoio da Sub-reitoria de extensão. Trabalhamos em torno das ideias de: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos dentrofora das escolas; tessitura de conhecimentos/significações em currículos; imagens e sons como personagens conceituais. Os autores com os quais ‘conversaremos’ continuam a ser: Certeau e Deleuze, bem como autores brasileiros que com eles trabalham.

PAULA LEONARDI

TÍTULO: EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de “monumentos” e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

RAQUEL GOULART BARRETO

TÍTULO: DIMENSÕES DA SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O CASO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Este estudo visa a dimensionar mudança radical na recontextualização educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): de recursos agregados ao processo de ensino à condição de estratégia de substituição tecnológica, implicando esvaziamento e precarização do trabalho docente. Do ponto de vista teórico, pretende aprofundar a noção formulada (substituição tecnológica), submetendo-a à prova prática sistemática. Em termos políticos, constitui estudo de caso no contexto das políticas educacionais em curso. Com base na análise crítica do discurso (ACD), aborda proposições e documentos oficiais para a aproximação dos elementos lexicais, sintáticos e de modalização no movimento de esvaziar o trabalho docente, na medida em que os objetos tendem a ser posicionados como sujeitos nas/das formulações. Assume os objetos técnicos, ora relexicalizados como objetos de aprendizagem, como parte, e meio, de consolidação do deslocamento que concebe os professores como aqueles de quem se espera a realização de um conjunto de tarefas predefinidas para o ensino dito bem sucedido. Sua pretensão maior é contribuir para o desenvolvimento de alternativas contra hegemônicas para o encaminhamento das questões relativas à formação e ao trabalho docente no contexto atual.

RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

TÍTULO: POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UMPACTO

Esse estudo se desdobra de uma trajetória de pesquisa que tem se dedicado a investigar o processo de produção da política curricular a partir das tensões/negociações entre as demandas locais, próprias de cada escola e as questões globais – da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro. Observou-se movimento que tem tido força nas decisões/ações nesse contexto: o envolvimento com Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Argumento que essa política de formação se dá também como política curricular uma vez que tem, numa articulação muito própria, cria demandas para produção curricular cotidiana nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, o foco do estudo é a análise do PNAIC não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular. Põem-se em destaque as imbricações entre formação de professores e políticas curriculares, temática que se apresenta como atrelada, mas muitas vezes em relações casuísticas. Argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como formação, currículo, qualidade, direito e conhecimento se articulam na produção de um discurso que significa o investimento na formação de professores como instituintes de políticas curriculares. Sendo assim, com base nas teorizações de Laclau, Derrida e Bhabha, se propõe a investigação acerca da produtividade dessas articulações, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível. Para tanto, se opta como estratégia metodológica a análise dos documentos do Pacto (proposta, cadernos de formação, etc) e entrevistas com os sujeitos envolvidos (coordenadores, professores, orientadores), a partir das ações desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro à luz dos referenciais citados, ou seja, numa perspectiva discursiva. Busca-se discutir como uma concepção de currículo vai se desdobrando das premissas defendidas pelo Pacto: se observa a ênfase numa dimensão que valoriza a organização e planejamento do conhecimento e ensino. Ao problematizar a ideia dessa centralidade, argumenta-se que se incorre no risco de polarizações que esvaziam a tarefa política de recuperar outros sentidos possíveis para o fazer curricular, defendendo a necessidade de pensa-lo como entre-lugar de enunciação cultural. Esse

estudo, portanto, se insere nos debates sobre o estabelecimento de base comum nacional curricular, no caso em foco, o delineamento de um currículo nacional para a alfabetização, a partir da inunção de significantes que a pesquisa se propõe analisar e que se articulam com questões mais amplas postas nessa discussão e que tem como ponto comum a articulação entre qualidade e direito, significada a partir da ideia de acesso ao conhecimento, assim a defesa que se desdobra desses documentos é do direito à aprendizagem. Os argumentos a serem desenvolvidos a partir dessa investigação se direcionam a problematizar esse sentido a partir da defesa de outro direito: o direito à formação.

RITA RIBES PEREIRA

TÍTULO: A INFÂNCIA E SEUS CRONOTOPOS: EDUCAÇÃO E PESQUISA

Este projeto tem por objetivo estudar sobre os tempos e os espaços em que se constituem as experiências infantis contemporâneas. Nosso interesse está em melhor conhecer as formas infantis de habitar, se deslocar e de participar da cidade, bem como, imbricadas a essas experiências, as histórias e narrativas que nelas e a partir delas se constroem. O conceito de cronotopo é apresentado por Mikhail Bakhtin para designar um equilíbrio e uma indissociação entre as dimensões do espaço e do tempo, sendo que o tempo é definido por ele como sendo a quarta dimensão do espaço. Bakhtin o apresenta como uma categoria literária que funde os índices espaço-temporais de modo inteligível e concreto. É a narrativa que dá visibilidade ao equilíbrio e à indissociabilidade imperceptíveis no acontecimento da experiência vivida. Para tanto, os conceitos de história, experiência, memória e narrativa, tal qual formulados por Walter Benjamin, adquirem significativa relevância. Autores como Raymond Williams, Clifford Geertz, Edward Thompson, Norbert Elias, Gilles Lipovetsky, Lúcia Santaella e André Lemos ajudam a problematizar a história e a cultura contemporânea. Gilles Brougère, Manuel Sarmiento, Clarice Kohn, Jader Lopes, Solange Jobim e Souza, Lucia Rabello de Castro, Raquel Salgado e Gilka Girardello são interlocutores no que se refere à concepções de infância, cultura lúdica e produção de pesquisa e de narrativas com crianças. O projeto é desenvolvido no Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea (www.gpicc.pro.br), grupo filiado institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá continuidade a dois outros anteriores, “Artes do dizer e do dizer-se: narrativas infantis e usos de mídia” (2009-2011) e “Infância e cultura: experiência e criação na contemporaneidade” (2012-2014), ambos financiados pelo Edital Jovem Cientista do Nosso Estado – FAPERJ e pelo Programa PROCiência/UERJ-FAPERJ, sendo que o primeiro recebeu também apoio do CNPq.

ROSANNE EVANGELISTA DIAS

TÍTULO: DISCURSOS NAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Este projeto visa a investigar os discursos das políticas de formação de professores para a educação básica no espaço ibero-americano no período de 2001 a 2014. Ao longo desses anos, discursos em defesa das demandas políticas para a formação docente, vêm sendo produzidos por diversas lideranças e grupos, em diferentes escalas e a produção por parte de organismos internacionais tem destacado processos de articulação que atravessam fronteiras de Estados-nação, tencionando finalidades de virem a constituir políticas locais e para a região. Esses processos de produção e disseminação de discursos devem ser analisados como expressão de ideias, valores e concepções sobre o currículo e a formação de professores em diferentes arenas de significação (LOPES) dessas políticas. Esta investigação será orientada pela teoria de discurso

(LACLAU) e a abordagem do ciclo contínuo de políticas (BALL; BALL & BOWE). Os textos selecionados fazem parte da produção de entidades de caráter acadêmico-científico e associativo como a SBPC e a ANFOPE e dos organismos internacionais: OEI e UNESCO. Nas análises dos textos políticos tencionamos compreender as articulações que tornaram possíveis os consensos em busca da legitimidade de determinados discursos (MOUFFE). Tencionamos analisar, nesses textos, os discursos em defesa das demandas das políticas de formação de professores no âmbito ibero-americano, focalizando os seguintes aspectos da formação: a) finalidade social; b) modalidades de ensino; c) modelos de organização curricular e, d) processos de avaliação. Entendemos que os discursos constituem os sentidos de ser professor e também do que deve ser o conhecimento do professor e por isso devem ser analisados para melhor compreensão das políticas curriculares que vêm sendo forjadas.

SIOMARA BORBA

TÍTULO: PANORAMA DA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: OBJETOS, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E ABORDAGENS EMPÍRICAS.

Nosso objetivo é construir um panorama de objetos de investigação, perspectivas teóricas e abordagens empíricas da pesquisa educacional, considerando as pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação, por ser o espaço institucional que a expressa atualmente e pela dimensão formativa que lhe é própria, realizando uma análise exploratória do estado atual da pesquisa educacional brasileira, entre 2010 e 2012. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com perspectiva descritiva e analítica. Para a caracterização dos programas e das produções então presentes, serão considerados os documentos institucionais de avaliação do triênio de 2013, então divulgados pela Capes e como unidade de referência para a caracterização de pesquisas, parte de publicações de docentes permanentes de cada programa, especificamente as produções publicadas em periódicos Qualis "A", no período anteriormente indicado.

SÔNIA DE OLIVEIRA CAMARA RANGEL

TÍTULO: INTELLECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940

O projeto pretende investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que mobilizados pela cruzada civilizatória da infância, colocaram-se em defesa da assistência e da educação da infância. A partir da constituição das redes, esperamos compor a malha assistencial e educativa à infância, mapeando iniciativas do âmbito público e privado, na cidade do Rio Janeiro, então, Capital Federal no período de 1890 a 1940. Em sua missão civilizadora os intelectuais do campo médico e jurídico elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social direcionados a promover a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos reconstituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, nosso esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas pelos intelectuais reformadores e as instituições a partir das quais as crianças foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa-nos, ainda, tencionar as matrizes que orientaram os dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas e as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1920. Quanto à periodização proposta

(1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira é que no período delineado de 1890 até 1920, as iniciativas direcionadas à infância estiveram marcadas pela presença do privatismo de caráter filantrópico assistencial, prevalecendo assim, em grande parte, a ideia de que as iniciativas realizadas dependiam mais da vontade individual dos que se devotavam à causa da infância pobre e, em menor escala, do projeto republicano liberal hegemônico; A segunda é que a partir da década de 1920 deu-se o processo de ingerência do Estado sobre a organização da assistência à infância, aspecto que marcou de forma definitiva o caráter tutelar que o Estado brasileiro assumiria no atendimento à infância nas duas décadas seguintes.

STELA GUEDES CAPUTO

TÍTULO: CRIANÇAS DE TERREIROS: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, IMAGENS E CRIAÇÃO DE CULTURAS

O presente projeto pretende dar continuidade ao projeto anterior onde pesquisamos como crianças e jovens de terreiros aprendem e ensinam o yorubá, uma língua africana viva que circula cotidianamente nos terreiros de candomblé no Brasil. De acordo com Beniste (2006), este idioma pertence à família de línguas do Sudão e é falado nas diferentes regiões da atual Nigéria. O yorubá, assim como outras línguas africanas, chega até nós no período da escravidão e se torna a mais comum nas comunidades negras. Seu último refúgio, lembra o pesquisador, foi nas comunidades de candomblé (os ilê) que se utilizam de elementos culturais nagôs e tem sido mantida através de cânticos, rezas e expressões diversas. Já a antropóloga Juana Elbein dos Santos afirma que os africanos de origem Bantu, do Congo e de Angola foram trazidos para o Brasil durante o período da conquista e espalhados em pequenos grupos por imensos territórios nos Estados do Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, numa época de comunicações difíceis e com centros urbanos começando a nascer (1986, p. 31). Os Nagôs, diz Santos, foram trazidos durante o último período da escravidão e concentrados em zonas urbanas em pleno apogeu dos estados do Norte e do Nordeste, Bahia e Pernambuco, particularmente nas capitais desses estados, Salvador e Recife. A referência de Santos é muito importante porque contextualiza o fato da maioria dos terreiros de candomblé no Brasil ser de tradição Nagô e porque justamente este candomblé tenha se perpetuado mais entre nós. Mas é no que argumenta Lopes (2003) que pretendemos nos debruçar neste novo projeto. Para este pesquisador dentro do quadro da presença afro-negra no Brasil, verifica-se uma predominância das culturas bantas, que colaboraram, diz ele, para nossa formação cultural, principalmente através de suas línguas, entre elas, o Quicongo, o Umbundo e o Quimbundo. Lopes contesta o que chama de suposta ascendência de línguas sudanesas, como o nagô (yorubá) no panorama das línguas africanas faladas no Brasil à época da escravidão e que teria modificado o falar português em nosso país. De acordo com ele, de fato, no vocabulário do português falado no Brasil, os termos de origem nagô estão mais restritos às práticas e utensílios ligados à tradição dos orixás, como a música, a descrição dos trajes e a culinária afro-baiana. (...) Tanto na fonética, quanto na morfologia e na sintaxe, as línguas bantas influenciam decisivamente a língua que se fala hoje no Brasil. Mas, enfatiza, é no vocabulário que elas se fazem, mais presentes. O objetivo do presente projeto é continuar compartilhando como crianças de terreiros criam sentidos nos cotidianos dos candomblés. Desta vez, manteremos nossas observações e vivências em terreiros chamados de "nação Angola" para tentar compreender como crianças e jovens vivenciam línguas como quimbundo e o umbundo.

VERONICA BORGES

TÍTULO: POLÍTICAS CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INTERPELAÇÕES AOS DISCURSOS COM CENTRALIDADE NO CONHECIMENTO E/OU PRÁTICA

Este projeto focaliza a investigação de políticas curriculares para a formação de professores. Advoga pelo distanciamento de sentidos da política curricular como guia para a prática, bem como a de um conjunto de regulamentações concebidas por especialistas e implementadas por

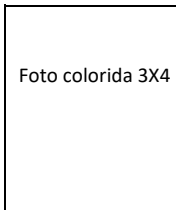
professores. Coloca-se em discussão o modo de entender os processos de subjetivações/identificações que operam via políticas curriculares e produzem modos de subjetivação docente. Esse entendimento tem como referência teorias pós-estruturalistas tendem a rejeição das ideias de completude e objetividade associadas à noção de identidade essencialista estabilizada nos discursos de diferentes áreas da educação, notadamente as áreas de currículo e formação de professores. As perspectivas pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas e seus questionamentos a princípios como objetivismo, essencialismo, realismo e determinismo são tomados como potentes. Essa investigação se propõe indagar acerca do modelo de docência pautado no conhecimento especializado e que secundariza outras práticas (como as que consideram a experiência do aluno, do professor, os movimentos culturais e sociais, por exemplo), e que constrói uma narrativa que (em geral) adere-se muito bem a perspectivas tecnicistas/cientificistas do profissional docente. Por outro lado, há também discursos das melhores práticas que afirmam elementos como a experiência, a liderança, a gestão da sala de aula e secundarizam, por exemplo, o caráter acadêmico/científico da docência. Esses discursos, que não é algo novo no campo da educação, tendem a promover o fortalecimento da experiência, do senso comum, da prática pela prática, desqualificando e dissociando a teoria e prática.

WALTER OMAR KOHAN

TÍTULO: OUTRAS FONTES PARA PENSAR OS SENTIDOS DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: SIMÓN RODRÍGUEZ E OS ZAPATISTAS

Resultado da integração de uma rede acadêmica de pesquisadores do Brasil e do exterior para pensar os sentidos de uma educação filosófica e, em particular, a posição do mestre, a partir das figuras de Simón Rodríguez e o Subcomandante zapatista Marcos este projeto desdobra pesquisas anteriores (CNE, 2011-2014: “Infância, política e emancipação. Novos desafios para o ensino de filosofia e uma educação filosófica”; CNPq, 2015-: “O Sócrates de Caracas. Um estudo do pensamento de Simón Rodríguez para pensar sentidos atuais de uma educação filosófica”) visando fortalecer o campo de conhecimento do ensino de filosofia e, a uma só vez, examinar e problematizar a extensão do ensino de filosofia a âmbitos não tradicionais, como os níveis fundamental e infantil, educação de jovens e adultos e outros, além de consolidar o intercâmbio com outras equipes de pesquisa nacionais e internacionais. Desde uma perspectiva teórica, o projeto se concentra nas figuras de Simón Rodríguez e o subcomandante Marcos como continuadores de uma tradição socrática: com efeito, eles recriam uma posição na qual o mestre não é mestre pelo saber que ele possui, mas pela sua relação ao saber e pelo campo de pensamento que abre aos que com ele aprendem. Simón Rodríguez e Marcos trazem elementos significativos para pensar essa posição, na afirmação de uma educação popular filosófica e na invenção de uma nova forma de exercer o poder de ensinar. As principais metas e resultados do projeto dizem respeito à formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e de profissionais atuantes na área; à produção bibliográfica em forma de livros e artigos em periódicos e ao alargamento de instrumentos de pesquisa já existentes, como banco de dados bibliográfico, edição de periódico e portal na Internet. O projeto também prevê a organização de colóquios internacionais e a continuidade dos intercâmbios com grupos de pesquisa de diversos países de América Latina e Europa.

ANEXO III
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como negro.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar negro:

- Características físicas (especifique):

_____;

- Origem familiar/antepassados (especifique):

_____;

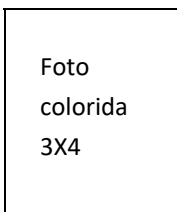
Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como indígena.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar indígena.

- Etnia ou povo a que pertenço (especifique):

_____;

- Origem familiar/antepassadosm (especifique):

_____;

- Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICA

I- QUESTIONÁRIO COM INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA OS OPTANTES PELO SISTEMA DE COTAS, ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO, DEVENDO SER DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO.

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

II- O MANUAL COM ORIENTAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE COTAS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

ANEXO V

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu, _____,
(nome completo do candidato)

portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos fins e com
a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que todo o meu grupo
familiar está desempregado desde _____.

(período)

Acrescento ainda que temos mantido nossas necessidades financeiras da seguinte
maneira:

(explicar como tem mantido as necessidades financeiras e o valor desta manutenção)

Rio de Janeiro, ___/___/_____.

Assinatura do declarante

1ª
testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª
testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: Esta declaração é válida para os casos em que TODO o grupo familiar estiver em situação de desemprego.

Obs.: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIROS

Eu, _____,

(nome completo do candidato)

candidato(a) ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, declaro para os devidos fins e com a anuência de duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o documento _____ (especificar o documento), encontra-se em nome de _____

(nome do titular do documento)

(grau de parentesco com o candidato/a)

do candidato/a em questão por _____

(preencher o motivo pelo qual o referido documento se encontra em nome de terceiros)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante)

(grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós- graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que cedi o imóvel situado na:

(endereço completo)

para _____.

(nome completo da pessoa beneficiada)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE POSSE E OCUPAÇÃO

Eu, _____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante)

(grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de

_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____,

órgão de expedição _____ e do CPF nº _____,

declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas

e assinadas, que o imóvel situado na _____

(endereço completo)

trata-se de posse ou ocupação.

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM LOCAL DE TRABALHO

Eu, _____,

(nome completo do empregador ou seu representante)

portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que _____,

(nome completo do empregado)

Reside em seu local de trabalho, situado na _____

(endereço completo)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
(nome completo do provedor)

_____, _____
(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ do CPF nº _____, por não possuir outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que pago pensão alimentícia, no valor de R\$ _____, (_____)
(valor por extenso)

à _____.
(nome de quem recebe a pensão)

Rio de Janeiro, ____/____/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RENDA

(Se o preenchimento for feito pelo trabalhador)

Eu, _____,

(nome completo do/a declarante)

(estado civil)

(grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ do CPF nº _____, do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ do CPF nº _____, por não possuir outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que exerço a função de _____, com renda mensal bruta de R\$ _____, (_____)

(escrever o valor por extenso)

Rio de Janeiro, ____/____/_____

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Este modelo de Declaração pode ser utilizado para os casos de trabalhadores que exerçam atividade “informal”, “autônoma”, “liberal”, “domésticos” e “microempreendedor individual”.

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.